



TCC/UNICAMP
OL4o
1290003743/E



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

**OPORTUNIDADES PERDIDAS: UMA COMPARAÇÃO ENTRE OS
ANOS COLLOR E O PRIMEIRO GOVERNO LULA**

Monografia apresentada por Gustavo Henrique Cardoso de Oliveira para o Curso de Graduação em Ciências Econômicas, da Universidade Estadual de Campinas, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação do Prof. Dr. Hernani Maia Costa.

Costa. Hernani Maia

CAMPINAS
2008

TCC/UNICAMP
OL4o

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a minha família: meus pais pela presença constante e apoio incondicional em todos os momentos importantes da minha vida, inclusive na minha decisão em desistir da Medicina e optar pelo estudo da Economia e minha irmã pelas palavras de apoio e incentivo nos momentos solitários em minhas noites de estudo, além das sugestões estruturais para os meus trabalhos acadêmicos.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Hernani Maia Costa, por sua paciência e colaboração ao longo de um semestre em condições adversas além de suas sugestões e críticas que tornaram possível a realização deste trabalho.

Aos meus “coleguinhas” de faculdade, os quais transformaram a experiência universitária em uma viagem agradável em diversos momentos; em especial a Caroline – a Carolzita, amiga em todas as horas fosse à aprovação direta ou na loucura dos exames no final de cada semestre. Outro agradecimento importante destina-se à bibliografia elementar dos momentos de desespero “Wolf Cattozzi, Sérgio A. H. – Anotações de Aula” sempre presente durante os períodos de multa na Biblioteca; além de tantos outros companheiros de jornada.

E, por fim, aos meus colegas de trabalho e amigos no Banco do Brasil, aos meus chefes pela paciência com meus horários de trabalho sempre determinados pela minha grade semestral na faculdade. Especialmente à Juçara, primeiro minha colega de caixa e minha gerente no momento, pela compreensão com minhas neuroses de perfeição, pelos conselhos, pelas críticas e “puxões de orelha”, mas acima de tudo pelo profissionalismo e apoio em diversos momentos não apenas no trabalho como também em minha vida.

"Se algo é difícil de fazer, então
não vale a pena ser feito!"

Homer J. Simpson

"Que o povo brasileiro faça o seu
julgamento e na sua consciência límpida
e honrada separe os que são dignos e
coerentes daqueles que sempre foram
servis, gananciosos e interesseiros".

Leonel Brizola

SUMÁRIO

Introdução	6
Capítulo I - A Eleição de 1989: início da experiência liberal	9
1.1 Antecedentes à Crise dos anos 80 e do modelo nacional desenvolvimentista	9
1.2 – A Campanha Eleitoral de 1989: Collor x Lula	12
1.2.1 – Fernando Collor de Mello, o “caçador de marajás”.	13
1.2.2 – Luis Inácio “Lula” da Silva	15
1.3 – Collor e o início da experiência neoliberal	17
1.3.1 – A livre-iniciativa e as soluções de mercado: uma nova política industrial	18
1.3.2 - A Reforma Administrativa	22
1.3.3 – O Bloqueio da Liquidez	24
1.4 – Conclusões	26
Capítulo II – 2002: Uma chance para esquerda brasileira	28
2.1 – Desvalorização cambial e a crise energética - a queda da popularidade do governo FHC	28
2.2 – O Processo Eleitoral	33
2.3 – Governo Lula: Mudanças?	36
2.3.1 – Gestão Responsável e Política Econômica Liberal	36
2.3.2 – Política Industrial sem políticas industrializantes	38
2.3.3 – Liquidez Internacional – A estrela da sorte ou a Sorte da Estrela?	40
2.4 – Conclusões	42
Capítulo III - Avanços e retrocessos: alguns resultados das políticas econômicas.	44
3.1 – Avanços	45
3.2 Retrocessos	46
Conclusões Finais	49
Bibliografia	51

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo comparar dois momentos distintos na política brasileira nos quais, através do voto, a sociedade demonstrou seu desejo de mudança na estrutura do Estado. Primeiramente com a eleição de 1989, em que a eleição de Fernando Collor de Mello representou o início da abertura da economia brasileira e o início da reestruturação do Estado brasileiro o qual passou a ser menos participativo na economia e adotou uma postura cada vez mais regulatória. E em 2002, com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva, o primeiro presidente de esquerda eleito no país, eleito como protesto as reformas liberalizantes que, apesar de estabilizar o nível de preços, fora incapaz de retomar o crescimento da economia, do emprego e o avanço das demandas sociais brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE

Eleições – Voto – Neoliberalismo - Governo Collor – Governo Lula

Introdução

A primeira eleição após os longos anos de ditadura militar encontrou um Brasil novamente afogado em uma grande euforia política e incerteza econômica. A explosão inflacionária, os diversos planos de estabilização econômica, as mudanças sociais não realizadas, a sobrevivência de velhas lideranças políticas gestadas pela ditadura culminaram na decepção com o governo Sarney e conduziram o eleitorado a se alinhar aos candidatos mais críticos e identificados com a mudança.

Notadamente houve uma fragmentação política, com um grande número de candidaturas de direita, centro e de esquerda demonstrando o momento de transição vivido pela sociedade brasileira. A polarização ocorrida entre Fernando Collor de Mello e Lula pode ser explicada pelo fato de ambos os candidatos não estarem identificados com as antigas lideranças políticas e pelo fato de suas posições político-ideológicas serem muito distintas: enquanto o primeiro inaugurava em nível nacional a possibilidade de a política privilegiar o mercado como regulador e motor da sociedade, introduzindo a perspectiva neoliberal; Lula, por sua vez, implicava na superação da ditadura em busca - de uma forma mais radical - de justiça social para o país. E, estas duas perspectivas ainda se encontram presentes na política brasileira alterando, atualizando e qualificando os debates atuais.

A plataforma de governo de Collor previa o combate à inflação como meta prioritária e o saneamento financeiro do Estado – com a redução da participação estatal em setores nos quais a participação privada demonstrasse ser mais eficiente; iniciando uma era na qual a livre iniciativa ficou intrinsecamente ligada à democratização econômica e redemocratização política; preconizou em seu discurso a austeridade fiscal como método mais efetivo para a obtenção da estabilidade econômica, delimitando um das principais formas de política governamental utilizada hoje para a manutenção dos índices de superávit primário.

O programa de Lula, do ponto de vista econômico, detectou como principal fonte para os gargalos sofridos pela economia brasileira a dívida externa. O pagamento das altas taxas de juros para a amortização da dívida

conduzira o Brasil ao quadro de elevada inflação, defasagem salarial e má distribuição de renda. Como a inflação crescia de forma desproporcional, os preços de alguns produtos aumentavam mais que o preço pago à força de trabalho – tal fato era considerado como uma das origens da desigualdade na distribuição de renda, beneficiando, segundo o programa, os agentes econômicos “mais poderosos” em detrimento dos assalariados. Com isto, qualquer movimento com intuito de solucionar a crise brasileira não surtiria efeito.

Internamente, destacou o peso da dívida pública como alimento para inflação crescente, em que a capitalização do Estado através da emissão de papel-moeda ou pela emissão de títulos da dívida pública se revertiam em uma elevada taxa de juros e, por conseqüência, uma nova elevação da dívida pública.

Já em 2002, com as políticas liberais consolidadas, o bloco de centro-direita responsável pela sustentação do governo de Fernando Henrique Cardoso (doravante FHC) encontrava-se visivelmente desunido, o candidato do ex-presidente – José Serra – perdeu o apoio de dois importantes aliados, José Sarney (PMDB) e Antonio Carlos Magalhães (PFL); estes não fizeram campanha para o candidato tucano e, no segundo turno, declararam seu voto a Lula. O PT, outrora tido com um discurso radical, cedeu a um discurso mais ameno surgindo a imagem do “Lulinha Paz e Amor”, no qual a figura do metalúrgico líder sindical cedeu lugar à imagem do negociador. Ou seja, não existiu um candidato consensual das elites e, ao mesmo tempo, Lula assumiu o compromisso em prosseguir com a política econômica iniciada nos anos FHC, de pagamento das dívidas e o ajuste fiscal.

Muito distante dos ideais que nortearam sua primeira candidatura em 1989, Lula adotou em seu primeiro mandato um modelo cujo maior objetivo foi a conquista da credibilidade dos mercados financeiros, com tímidas taxas de crescimento do PIB se comparadas aos países em desenvolvimento mais relevantes (tais como China, Índia e Rússia); num esforço hercúleo, buscou-se este ativo, apesar de sua natureza extremamente volátil.

Optou-se por um estilo conservador de governabilidade, no qual organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), reconheceram a competência e serenidade do governo, aprofundando as

medidas do tripé da teoria econômica ortodoxa-liberal: regime de metas de inflação com um banco central independente, superávits fiscais primários, câmbio flutuante com mobilidade de capitais. Sem dúvida, o Partido dos Trabalhadores (PT) analisou os custos e os benefícios para adotar tal posicionamento, o apoio parlamentar amplo e elogios de fontes conservadoras não trouxeram mudanças significativas para a sociedade brasileira e o crescimento obtido nos dois últimos anos do 1º governo deveu-se especialmente à liquidez internacional e não a um reposicionamento do Brasil no mundo.

1.1 Antecedentes à Crise dos anos 80 e do modelo nacional desenvolvimentista

A reforma na estrutura tributária nacional, promovida entre 1965 e 1967 pelo regime militar procurava, em contornos mais gerais, modernizar a tributação e ampliar a capacidade arrecadatória do Estado; alterando, principalmente, os mecanismos de transferência de recursos da União para os estados e municípios e dos estados para os municípios. Desta forma em 1968, com o endurecimento político e, durante toda a década de 70, houve um movimento de centralização econômica e política que se refletiu na concentração de receitas e despesas na União, na tentativa de adequar a gestão das finanças públicas das esferas subnacionais ao projeto de desenvolvimento conduzido pelo governo central.

Nesse processo de submissão das esferas subnacionais, destaca-se o estímulo e o controle de seu endividamento, tornando-as dependentes das fontes internas de financiamento como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal; impondo limites aos recursos provindos de qualquer outra fonte e dependentes da autorização prévia do Executivo Federal, do Banco Central e do Senado.

Durante este período, a carga tributária se manteve em torno de 25% do PIB e as despesas correntes entre 18% e 20% do PIB (Abby, 1993) o que possibilitou a obtenção de uma elevada poupança em conta corrente do governo – que se manteve em torno de 5% e 7% do PIB. Esta poupança foi fundamental para financiar os gastos do governo central, dos estados e municípios, principalmente financiar os investimentos das estatais (através do aumento de capital e financiamentos) e do setor privado (através dos financiamentos).

Durante os anos 70, a estrutura fiscal e a gestão financeira priorizaram o financiamento do investimento público e o estímulo à acumulação privada de capital como forma de direcionar a política industrial, o estímulo a alguns setores econômicos (como a agricultura) e a redução das desigualdades

regionais. Fundos parafiscais como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o PIS/Pasep foram criados e representavam uma poupança compulsória dos trabalhadores, usados para o financiamento à construção e aquisição de imóveis, saneamento básico e infra-estrutura urbana (FGTS) e para o financiamento industrial (PIS/Pasep) através de instituições financeiras oficiais [Banco Nacional da Habitação (BNH) e BNDES].

Também merece destaque na época a política de incentivos fiscais e subsídios; sendo estes destinados, entre outros fins, à agricultura, às exportações e ao desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas. Procuraram, portanto, estimular o investimento e, como consequência, a acumulação de capital. O setor público endividou-se externamente, com o montante crescendo de forma acentuada ao longo de toda década, especialmente através das empresas estatais; os governos federal, estaduais e municipais tomavam empréstimos junto aos organismos internacionais oficiais (Banco Mundial, BID e agências governamentais) e as empresas estatais eram coagidas a contratar empréstimos tanto junto aos bancos privados como também aos organismos internacionais. Esse endividamento externo, com o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos, voltou-se cada vez mais para a cobertura do mesmo sendo aprofundados cada vez mais pelos próprios juros da dívida externa:

“Entre 1973 e 1979 a participação do setor público na dívida externa total de médio e longo prazos cresceu de 52% para 68%; ao mesmo tempo, sua participação na contratação de novos empréstimos externos subiu de 40% para 70%. O processo de estatização da dívida externa foi aprofundado na segunda metade da década pela autorização dada ao setor privado para quitar antecipadamente seus débitos externos junto ao Banco Central, ficando este responsável pela dívida junto aos credores internacionais” (Abby, 1993, p. 13)

Como resultado, verificou-se o crescimento da dívida pública externa, pois o Estado assumira o ônus do investimento e do crescimento econômico, bem como do ajuste do setor privado que, com a desaceleração do crescimento, reduziu seu grau de endividamento.

O processo de crescimento da dívida pública e do endividamento não só enfraqueceu o Estado, reduzindo seu poder de atuação, como também se

transformou em um “mecanismo de sucateamento do aparato produtivo estatal construído ao longo de anos” (Sawaya, 2006, p. 194). Desta forma, nos anos 90, o processo de privatização das empresas estatais não encontrou oposição significativa bem como o afastamento do Estado da economia.

A alta das taxas de juros no final da década de 70 deteriorou as finanças das empresas estatais, impedindo-as de realizar qualquer investimento, deteriorando gradativamente seus serviços e produtos na cadeia produtiva nacional. Além do sucateamento das estatais, um fato mais importante é o sucateamento do próprio Estado brasileiro entregue às constantes exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) e dos capitais financeiros nacionais e internacionais, tornando-se incapaz de fornecer saúde, educação, saneamento e outros serviços sociais diante a necessidade de gerar superávits fiscais. O Estado, outrora responsável por 30% do PIB (Sawaya, 2003, p.198), afastou-se cada vez mais durante a década de 80 de seu papel de construção do desenvolvimento, promovendo um ajuste interno para a obtenção de elevados superávits comerciais, através de medidas recessivas para estimular as exportações e reduzir as importações.

A este fato associa-se a necessidade do governo federal adquirir recursos em moeda forte, decorrentes das vendas para o mercado externo do setor privado, para pagar seus compromissos externos trocando-os por dívida pública. Esta dívida ao longo dos anos 80 adquiriu o papel de garantia à rentabilidade dos recursos privados ociosos e aos mercados financeiros. Com a inflação alta e um conjunto de políticas recessivas com taxas de juros elevadas, os títulos da dívida pública eram um ativo privilegiado para assegurar o valor do capital privado sem passar pelo setor produtivo. O Estado garantiu rentabilidade fictícia em moeda indexada (títulos da dívida) o que ampliou de forma significativa sua fragilidade financeira:

“A crise fiscal imobilizou a política econômica, transformando o governo num instrumento passivo de validação da inflação através de déficits fiscais e de finanças inflacionárias” (Bresser Pereira - Nakano, 1991, p. 90).

A redução do dinamismo econômico e a abertura política levaram a um aumento das pressões devido às tensões acumuladas pelo crescimento sem

distribuição de renda; a promulgação da Constituição de 1988 consolidou os direitos políticos, cíveis e sociais atribuindo maiores responsabilidades ao Estado, ampliando o grau de democracia e de justiça social. Criou-se no Brasil, no final dos anos 80, um Estado de bem-estar social na contramão do neoliberalismo.

A crise projetava para o futuro demandas sociais ampliadas, devido à deteriorada condição de vida em uma década marcada pela brutal concentração de renda enquanto o desempenho fiscal era incapaz de cumprir com os preceitos constitucionais. Após o fracasso da campanha pelas eleições diretas e dos sucessivos planos de estabilização do governo Sarney (que fogem ao escopo deste trabalho) a eleição presidencial de 1989 projetava as expectativas da sociedade quanto às mudanças de gestão e lideranças políticas e econômicas, um aprofundamento do debate acerca o combate a inflação, do saneamento financeiro do Estado e sobre a necessidade de moratória ou não da dívida externa brasileira.

1.2 – A Campanha Eleitoral de 1989: Collor x Lula

O fracasso dos planos de estabilização econômica do governo Sarney enfraqueceu a popularidade de seus apoiadores; em especial do PMDB, que fora o grande vitorioso nas eleições de 1986, mas sofrendo grandes derrotas nos pleitos de 1988 e 1989, fortalecendo as alternativas de esquerda (Brizola e Lula) e de direita (Collor).

Tal fato veio a demonstrar que grande parcela do eleitorado e, mais especificamente, da sociedade estava à procura de uma alternativa partidária para solucionar a crise econômica da década de 80. Além do descrédito do presidente e de sua base de apoio (PMDB) encontravam-se desacreditadas as instituições, no qual segundo Vieira (2006), características negativas como desonestidade, egoísmo e injustiça eram atribuídas à grande parcela dos políticos; sendo assim, todos os presidenciáveis procuraram desvincular suas imagens do governo.

A eleição de 1989 marca um ponto de inflexão no cenário político nacional, no qual representou não só a primeira eleição direta para Presidente

da República após um longo período de cerceamento da liberdade política, mas também marca a ascensão das propostas neoliberais como ideologia dominante, em detrimento ao modelo nacional-desenvolvimentista e do Estado de bem-estar social criado com na Constituição de 1988. Merece ainda o destaque o fato de esta eleição ter sido uma eleição solteira, ou seja, ter sido apenas escolhido o Presidente da República, em que:

“... num contexto de crise econômica e abertura política estimula a imaginação do eleitorado e aumenta sua expectativa de eleger um presidente “salvador”, um líder que conseguiria resolver os problemas da nação”. (Vieira, 2006, p.71)

Este trabalho não tem a intenção de analisar as diversas campanhas presidenciais ocorridas naquele ano, pois, de acordo com Martuscelli (2005), tanto os partidos políticos representantes da classe no poder como também os partidos mais identificados com as classes trabalhadores estavam nitidamente divididos no primeiro turno, implicando em um grande número de candidaturas. Cabe então ressaltar os dois candidatos que seguiram para o segundo turno, suas propostas e alianças para a disputa.

1.2.1 – Fernando Collor de Mello, o “caçador de marajás”.

Após pedir afastamento do governo de Alagoas para concorrer à Presidência da República, o candidato começou sua campanha: marcada pelo profissionalismo e técnicas de marketing aplicadas, garantindo-lhe grande vantagem sobre seus adversários e, durante o horário eleitoral gratuito, apresentou um discurso voltado para a reconstrução nacional, austeridade e moralidade política; atacando os “privilégios” dos funcionários públicos e pregando a adoção de um Estado mínimo como solução para a crise brasileira.

Suas propostas, com a adoção de soluções pró-mercado, conseguiram apoio de segmentos importantes da burguesia brasileira como a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Ao mesmo tempo, seu discurso possuía um tom “populista”, com fácil penetração junto às camadas mais populares como a “caça aos

marajás” e o apelo aos “descamisados”. Com esta tática, Collor conseguiu apoio tanto das camadas empresariais e a simpatia das camadas mais populares. O candidato matinha uma posição critica ao governo Sarney e as políticas por ele implementadas, procurando um equacionamento da dívida externa, estimulando o mercado interno com estímulo à competição.

Sua grande disparada, como mostra a Tabela 1, também se deve pela sua primazia em utilizar uma campanha eleitoral profissional, no qual se valeu do marketing político, incorporando ao seu discurso os mais variados temas (política, economia e problemas sociais) de uma forma capaz de atingir grande parcela do eleitorado.

Tabela 1

Pesquisa eleitoral Gallup – Fevereiro a Junho de 1989 (%)

Candidato Mês	Fev	Março	Abr	Mai	Junho
Collor	11.9	13.8	16.9	37.8	44.6
Brizola	15.5	14.8	15.6	13.0	12.2
Lula	15.9	11.8	15.1	8.1	5.5
Covas	5.7	7.1	5.7	4.6	4.7
Ulysses Guimarães	5.4	5.0	5.0	5.4	3.7
Maluf	3.8	4.7	3.7	2.1	3.7
Indecisos	41.8	42.8	38	29	5.6

Itiro e Senhor, 19.07.1989, p. 30 a 35.

Durante todo o processo que o conduziu a vitória nas eleições Collor conseguiu, com extrema competência, entender os desejos da população brasileira e o que a sociedade esperava de seu novo presidente, ou seja, ele personificou o presidente que os eleitores desejavam naquele momento marcado pelo “impasse institucional (...), pela queda da produção (...), pelo descontrole da economia (...) e pelo fisiologismo político (...).”. (Marques de Melo, 1992, p. 7).

Seu plano de governo caracterizava-se pela austeridade, forma pela qual seria possível reconquistar a estabilidade política e a retomada dos investimentos, com a redefinição do papel do Estado – o primeiro a seguir o preceito de austeridade, através de um efetivo saneamento financeiro. Quanto às empresas estatais, propunha a privatização das empresas não competitivas e ineficientes enquanto as lucrativas possuiriam livre gerência sem grande interferência estatal.

Durante toda sua campanha, procurou mostrar-se como a melhor opção para a presidência da República, sustentando sua candidatura sob os signos

da moralidade, juventude e modernidade. Colocou-se como a alternativa às antigas lideranças no comando do país que ora ao lado do governo ora na oposição foram incapazes de promover as mudanças necessárias para resolver as necessidades do povo.

1.2.2 – Luis Inácio “Lula” da Silva

Na contramão das propostas liberais oferecidas por Collor encontrava-se Lula, com um caráter progressista em sua candidatura e seu histórico de mobilizações políticas nos anos 70 e 80, alternativa para a manutenção e aprofundamento das conquistas sociais e democráticas, com forte tom de autonomia nacional diante as pressões internacionais sofridas por um Estado combalido pela desestruturação financeira e perda de capacidade de investimento.

Seguindo determinações da coligação que o apoiava no primeiro turno (Frente Popular do Brasil – formada pelo Partido dos Trabalhadores, Partido Verde e pelo Partido Socialista Brasileiro) o candidato intensificou seu discurso de esquerda - abandonando a figura de estadista - pois setores da coligação exigiam mais agressividade e determinação na campanha.

Polêmica, sua proposta de governo pregava pelo fim da ciranda financeira, do imperialismo e da dívida externa, sendo o ponto mais crucial a suspensão do pagamento dos juros da referida dívida; gerando forte desconfiança por diversos setores ligados ao capital financeiro nacional e internacional.

“Para reconstruir nossa capacidade de financiar uma nova fase de crescimento é preciso obter o cancelamento da dívida vencida – que, na verdade, já foi paga – e definir novos termos para a tomada de empréstimos no futuro (Programa Mudar o Brasil, Economia, 1989: 6).”

Lula procurou atingir seus eleitores através de sua rede de sindicatos e grupos sociais, num momento em que o crescimento acelerado da inflação e o desemprego com defasagem salarial pressionavam as tensões sociais tanto no meio urbano quanto no campo.

Após o resultado do primeiro turno, com uma diferença de apenas 0,5% dos votos válidos em relação ao candidato Leonel Brizola (ver tabela 2), os dirigentes do PT admitiram mudanças em seu programa de governo a fim de ampliar suas alianças.

Tabela 2

Eleições para Presidente da Republica 1989
Resultados do primeiro turno

Partido	Candidato	Votos Válidos	Porcentagem
PRN	Collor	20.611.011	28,5
PT	Lula	11.622.673	16,1
PDT	Brizola	11.168.228	15,5
PSDB	Covas	7.790.392	10,8
PDS	Maluf	5.986.575	8,3

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, apud Lamounier, Bolívar (1990) p.190.

A inflação era um problema crônico, impulsionada pela necessidade de constantes superávits comerciais para a obtenção de divisas para o pagamento dos juros da dívida externa, desta maneira, sem mencionar programas de estabilização monetária, o programa de governo de Lula propunha a suspensão do pagamento dos juros da dívida como a principal forma de resolver os problemas econômicos do país. Nota-se, com isto, certa fragilidade e superficialidade, e esta falta de clareza em seu programa foi habilmente aproveitada pelo candidato Fernando Collor que transformou a candidatura de Lula em uma proposta estatizante e uma ameaça aos direitos de propriedade.

Se no primeiro turno da eleição, a presença de Collor na continuidade do pleito foi garantida e os candidatos mais votados eram o de maior oposição ao governo Sarney e identificados com a mudança; no segundo turno sua vitória foi apertada, numa campanha em que claramente o eleitor escolheu o candidato que “falou mais alto” principalmente após o segundo debate realizado na Rede Globo de Televisão, que dois dias antes da eleição transmitiu em todos os seus telejornais “os melhores momentos de Collor e os piores momentos de Lula” (Vieira, 2005, p.104). Marcando dessa forma uma escolha extremamente personalista dos candidatos.

1.3 – Collor e o início da experiência neoliberal

A eleição de um novo chefe do Executivo Federal criou expectativas de que este traçaria um novo modelo para o estabelecimento de um pacto social favorável à democracia, capaz de solidificar uma sociedade livre, justa e solidária. No entanto, a vitória eleitoral de Fernando Collor de Mello, diplomado Presidente da República em 15 de março de 1990, constituiu um marco político conservador onde as políticas econômicas de cunho neoliberal se tornaram hegemônicas no plano de ação do Estado.

Sobre os princípios da livre-iniciativa e em busca da modernidade, decretou novas diretrizes para a política industrial e para o comércio exterior caracterizadas por uma generalizada redução das tarifas de importação e ampliação da presença do capital estrangeiro no país, deixando para o mercado não apenas as decisões do cotidiano empresarial, como também a reorientação e a reestruturação da economia. Promoveu uma ampla reforma administrativa, em que colocou à disposição cerca de 40.000 funcionários públicos; criou o Programa Nacional de Desestatização (para privatizar as empresas estatais), como instrumento de contenção do gasto público, acucando o setor – o de maior adesão nos movimentos de greve.

No entanto, resquícios dos anos de intervencionismo estatal sobreviveram, principalmente pelo congelamento de preços e salários e pela medida mais conhecida de seu governo, em que com um único e violento golpe procurou derrubar a gênese e maior problema para a retomada do crescimento e desenvolvimento econômico, segundo sua equipe econômica: a inflação. Para isso, promoveu o bloqueio da liquidez de grande parte dos ativos financeiros no qual segundo Carvalho (2006) procurou combater três problemas de uma só vez: a monetização acelerada e a explosão da demanda em momentos de desinflação abrupta, as implicações da elevada liquidez dos haveres financeiros e da “moeda indexada” e as condições precárias para se financiar a dívida pública mobiliária.

Em seguida, este trabalho procurará explicitar e analisar sucintamente os impactos destas políticas para a economia brasileira e seus reflexos sobre as expectativas da sociedade quanto ao novo governo.

1.3.1 – A livre-iniciativa e as soluções de mercado: uma nova política industrial

No início dos anos 90, a indústria brasileira encontrava-se estagnada em seu padrão tecnológico. Após anos de crescimento e construção de um parque industrial amplo, a década de 80 marcou-se pela perda de competitividade tecnológica internacional brasileira, onde a necessidade de superávits comerciais para o financiamento da dívida externa e o sucateamento das finanças do Estado incapacitaram o país de acompanhar as revoluções tecnológicas que ocorriam no centro do sistema capitalista, principalmente nos ramos da informática e telecomunicações.

Com o governo incapacitado de realizar novos investimentos e assumir o papel de liderança na condução da política industrial, a abertura comercial surgiu, dentro do arcabouço teórico neoliberal, como uma política de competitividade “que mobilizaria e modernizaria a produção industrial no país a partir da competição com os produtos estrangeiros inseridos no mercado interno” (Martuscelli, 2005, p. 33). Ou seja, apesar das polêmicas levantadas e as críticas relativas às diretrizes anunciadas, encerrou-se, como afirma Araújo Jr. (1993), um período da história econômica brasileira - o de proteção indiscriminada às atividades produtivas estabelecidas no país.

No entanto desconsiderou-se, de acordo com Haguenauer (1990), que o mercado não realiza investimentos em caso de um nível de ociosidade elevada e um quadro de crescente incerteza quanto ao futuro. O quadro de recessão econômica, com o governo preocupado com a estabilização dos preços, pouco colaborou para a retomada do nível de atividade e ampliou as dificuldades de modernização do parque industrial.

Os movimentos de internacionalização do capital nacional, de privatização e afastamento da influência do Estado sobre as decisões dos agentes econômicos procuraram eliminar os moldes de desenvolvimento que promoveram o crescimento entre 1945 e o final da década de 70. E, com o fim do desenvolvimentismo no âmbito governamental e a hegemonia da agenda

liberal - com ênfase na estabilização de preços, colocou-se em prática reformas institucionais que promoveriam a ação dos mercados.

Era necessário repensar a inserção brasileira no mundo, com medidas capazes de conciliar os objetivos da nova política industrial com os interesses econômicos dos principais parceiros comerciais do país. Sendo assim, a adoção de um discurso em prol da modernidade absorveu o conceito de moderno como um valor absoluto a ser atingido não só pela indústria, mas por toda sociedade brasileira, a fim de retirá-la do Terceiro Mundo.

A adoção de uma *Política Industrial e de Comércio Exterior* (PICE) por parte do governo Collor, além de detectar como natureza estrutural da crise industrial o esgotamento do padrão de desenvolvimento outrora adotado pelo país desde os anos 50, tentou colocar em prática um novo modelo capaz de sustentar o crescimento econômico e promover a estabilização da economia.

Se a participação do Estado e o protecionismo ditaram política industrial no passado, a partir daquele momento, os ganhos de produtividade e competitividade da indústria brasileira seriam realizados através de uma política de liberalização da economia, centralizando os esforços da política industrial combinado às políticas de competição e medidas de competitividade.

Desta forma, a desregulamentação da economia procurou se estabelecer através da política de liberalização comercial, atração de investimento direto externo e pela privatização das empresas estatais. Em março de 1990 foi eliminada a suspensão à importação de 1200 produtos (em sua maioria bens de consumo) e, posteriormente, foi anunciado um cronograma de redução tarifária em que se “estabeleceria a aplicação de alíquotas de 25% para a importação de máquinas-ferramenta com comando numérico, 20% a 30% para produtos de química fina e 35% para informática” (Baptista, 1993). Essas medidas tinham por finalidade recuperar a tarifa como instrumento básico de política industrial, sendo a proteção a industrial nacional restringida ao mix entre tarifa/câmbio, com o rebaixamento da primeira. Ao capital externo, caberia o papel central do novo padrão de desenvolvimento a partir do fim dos entraves às suas operações no país, tais como: a revisão das políticas de informática e software, a elaboração de um novo Código de Propriedade Industrial (que reconhecesse marcas e patentes de produtos farmacêuticos, alimentares e de biotecnologia) e a revisão da legislação

relativa à remessa de lucros e pagamentos à título de transferência de tecnologia e desregulamentação dos procedimentos para importação de tecnologia. Por último, o programa de privatização das empresas estatais deveria afastar o governo federal do setor produtivo e garantir a estabilidade macroeconômica e reconstruir o ambiente favorável aos investimentos em geral, com regras claras para a economia.

Com isso, as “forças de mercado” ficariam livres para estimularem a competição dentro do paradigma neoliberal, proporcionando maior eficiência ao sistema produtivo.

No entanto, os impactos sobre a cadeia produtiva foram diferenciados, se considerarmos as necessidades de consumo e os espaços na época existentes para a acumulação de capital. Com o bloqueio dos ativos financeiros, houve pouca disponibilidade de recursos, restringindo a demanda aos bens de consumo não-duráveis e aos bens duráveis de custo unitário mais baixo¹. Ao mesmo tempo, as empresas retraíram seus planos de investimento contribuindo para a queda na demanda de bens de capital. Ou seja, a abertura econômica internacional feita mostrou-se perversa, pois a redução das tarifas aduaneiras ocorreu em setores outrora intensivos em trabalho (indústria têxtil e automobilística, por exemplo), sem a prévia adaptação aos padrões internacionais de qualidade e competitividade, pois a crise produtiva dos anos 80 aprofundou a defasagem tecnológica em relação aos países desenvolvidos e resultou numa estrutura industrial “onde a produção e o desenvolvimento de produtos com alta tecnologia é bastante incipiente” (Mendonça Jorge, 1991, p.67).

¹ Para maiores detalhes sobre dados do comércio varejista paulista e nível de capacidade instalada ver: Recessão, Crise de Investimentos e Política Industrial em 1990 de Maurício Otávio Mendonça Jorge.

Com a edição do Plano Collor I, a virtual paralisia econômica acelerou os processos de demissões,

“A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), elaborada pelo IBGE, aponta uma queda de cerca de 3% no emprego com carteira assinada nas seis regiões metropolitanas pesquisadas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre), na comparação entre dezembro de 1990 e de 1989, resultado próximo ao obtido pelo Ministério do Trabalho.” (Macedo, 1991, p.78).

A herança deixada pela década de 80 não era capaz de colocar o Brasil numa posição privilegiada diante os novos desafios impostos pela Terceira Revolução Industrial. A crise financeira e fiscal do Estado paralisou seus investimentos, outrora centrados em infra-estrutura e insumos básicos, fato que se traduziu em estrangulamento caso houvesse a retomada do crescimento econômico. O ajuste feito para o mercado externo impediu que o investimento realizado pelas empresas no setor privado promovesse o desenvolvimento de núcleos de geração e aprendizado tecnológico e de modernização das relações de trabalho, distanciando-se dos padrões praticados pelos países do centro do sistema capitalista. A adoção de uma política neoliberal, com a abertura comercial aliada a uma política de estabilização macroeconômica de cunho recessivo, promoveu um ajuste estrutural que resultou na contração da base industrial desarticulando a rede de fornecedores articulada nos complexos industriais brasileiros, os quais foram substituídos pela importação de kits, partes, peças e componentes provindos do exterior.

A dependência do investimento externo e a realização de *joint-ventures* como fontes geradoras de novas tecnologias impediu a formação de núcleos endógenos de progresso técnico, uma vez que a dissociação entre mercado interno e mercado externo, em detrimento do primeiro, significou a perda de uma oportunidade para ampliar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional.

1.3.2 - A Reforma Administrativa

Com o fim da era do Estado como principal agente do desenvolvimento e de promoção da ordem social, era necessário redefinir sua estrutura e sua forma de atuação a fim de garanti-lo como “intérprete da Nação (...) para a afirmação de sua singularidade no contexto internacional” (Vianna, 1991). Na sociedade era latente o desejo de mudança, clamando por uma reforma do Estado, pois devido a crise nos anos 80 este perdera sua liberdade na formulação de políticas, teve colapsada suas finanças e perdeu sua eficácia nas prestação de serviços públicos.

A lenta transição democrática e o desequilíbrio das contas públicas trouxeram novos problemas a administração pública, com uma oscilação no número de funcionários e de suas remunerações, ou seja, em determinados momentos há um leve crescimento do emprego público e dos salários, e em outros, ocorre o contrário.

A contenção de despesas devido ao descontrole inflacionário e ao desequilíbrio das contas públicas promovia uma acirrada disputa por recursos no interior do aparelho estatal, sendo assim o corte de verbas em muito afetou as diversas organizações estatais. Neste ambiente, acirraram-se as disputas internas do setor público que aprofundaram as desigualdades das políticas de pessoal, alongando o leque salarial e aumentando as carreiras específicas. Com o mercado de trabalho desajustado devido à crise e falta de um sistema de proteção social, a expansão do emprego público mostrou-se como uma alternativa onde os dirigentes dos três níveis de governo abusaram de contratações de uma forma clientelista.

O fim do período autoritário e a promulgação da Constituição de 1988 abriram caminho para ações moralizadoras e de preocupação com o fornecimento de serviços sociais, no entanto, as práticas saudáveis de modernização coexistiam com opções obscuras pelo funcionalismo. Ao assumir o governo, a equipe de Collor logo trata de iniciar reformas estruturais no setor público, em que o viés social-liberalizante impunha a redução máxima do Estado em suas funções regulatórias e de produção direta e, logo no primeiro dia de governo promulgou um conjunto de Medidas Provisórias (MPs), na qual

se destaca a de nº. 151 que dispunha sobre “a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal” além do Decreto 99.183 que versava “sobre a legislação relativa à contenção de despesas na administração pública federal e outras providências”. Logo, o projeto de reforma administrativa, colocada em prática pelo governo Collor em seus anos de mandato realizou, de acordo com Lacerda (1993):

“... o fechamento de um grupo de órgãos de administração indireta, à alteração do organograma ministerial, com a redução do número de ministérios e o aumento do número de secretarias vinculadas diretamente à Presidência da República e à colocação em disponibilidade ou demissão de um grande número de funcionários públicos.”

Segundo dados da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), no primeiro ano do governo Collor, na administração direta, foram reduzidos 160 mil postos de trabalho, sendo que a meta inicial era demitir ou colocar em disponibilidade 357 mil servidores. Sendo a estabilidade no serviço público um tema o qual necessitaria de revisão constitucional (artigo 41), porém este assunto não seguiu em debate com os servidores e nem mesmo com a sociedade. Entretanto, se a disponibilidade de funcionários não foi a melhor saída para redução dos gastos com pessoal, foi imposta ao funcionalismo público uma perda real do poder de compra de seus vencimentos, algo próximo aos 60% do valor de fevereiro de 1990. Expandiram-se o número de trabalhadores temporários subcontratados de empresas terceirizadas, com a precarização do emprego, baixos salários e grande rotatividade nas contratações e dispensas. Tornou-se prática corrente a contratação temporária, quando na verdade deveria complementar as deficiências específicas de pessoal.

Dessa forma, o governo Collor tratou a reforma administrativa, quase que exclusivamente como um problema de excesso de mão-de-obra do setor público, daí soluções restringidas ao corte de pessoal e extinção de órgãos. O adequado funcionamento do setor público exige um bom aparato estatal. A reforma organizacional proposta deveria ser seguido de um projeto de alteração do perfil de distribuição de renda, pois apenas reduzir o tamanho do Estado não era capaz de atender ou aprimorar o atendimento das demandas

sociais que se apresentavam contextualizados. A perda de qualidade de vida e deterioração dos serviços públicos oferecidos à classe trabalhadora sem a retomada do crescimento econômico, impediu o avanço do setor privado em áreas que o Estado deveria reduzir sua participação, pois o aparelho estatal não se adequava ao novo modelo econômico proposto.

1.3.3 – O Bloqueio da Liquidez

Apesar das diversas iniciativas contidas no Plano Collor (Reforma do Estado e a política industrial – como já foi exposto) este ficou conhecido por suas medidas monetárias, especialmente, pelo bloqueio das aplicações financeiras² sem um modelo prévio para os formuladores dado suas singularidades diante as experiências anteriores.

Com o resultado obtido nas eleições presidenciais de 1989, propostas não convencionais encontravam um ambiente favorável para serem colocadas em prática, no qual os motivos do fracasso dos planos econômicos anteriores eram discutidos bem como medidas de consolidação da dívida pública e de bloqueio. A falta de apoio parlamentar do presidente fez com que a luta contra a inflação se transformasse numa luta dramática, no qual os representantes da sociedade e políticos deveriam pedir apoio presidencial e não o contrário a fim de manter a sustentabilidade política do governo.

O Plano fora apresentado num contexto de ampla desregulamentação e abertura externa da economia, com o risco da inflação fugir ao controle das autoridades econômicas e transformar-se em hiperinflação – destruindo o sistema de preços, impondo pesadas perdas à população, para evitar tal fato, um novo congelamento de preços foi anunciado, como nos choques heterodoxos de 1986, 1987 e 1989, como forma de evitar a perda do poder de compra dos salários.

As primeiras reações ao Plano foram contra a expectativa de rejeição, imaginada pelos seus formuladores, pois o repúdio foi menor do que se

² Para o conhecimento sobre outras experiências de bloqueio de haveres financeiros no mundo, ver Carvalho (2006) capítulo I item 1.

supunha, pois na visão tanto de apoiadores como de opositores³ do governo havia “uma razoável convicção de que o bloqueio seria positivo pela possibilidade de acabar com “especulação” e a “ciranda financeira”, devendo-se reforçar os aspectos “sociais” do programa...”.

Apesar da inexistência de uma versão oficial sobre os objetivos do bloqueio da liquidez, seu foco era impedir que os detentores de ativos financeiros pudessem dispor deles livremente, por algum tempo, de forma a controlar a remonetização e impedir movimentos especulativos após a desinflação abrupta. O custo de rolagem da dívida pública teve redução imediata, viabilizada pelo bloqueio ao direito de liquidez dos detentores de títulos públicos, demonstrando a preocupação central dos formuladores do plano. Como consequência, as pressões inflacionárias não seriam repostas e reforçadas, como aconteceu com os planos anteriores com o fim dos congelamentos de preços e salários dos mesmos. A capacidade de mudança na composição de portfólio pelos detentores de haveres financeiros líquidos instabilizava os mercados deixando as expectativas incontroláveis, em suma, o problema não estaria no tamanho da dívida ou no estoque de haveres financeiros, mas o fato dos agentes possuírem liquidez quase total de seus haveres garantidos pelo Banco Central do Brasil (BCB). O temor era o exemplo do Plano Cruzado, no qual os saques dos recursos poderiam gerar pressões sobre a demanda agregada ao serem direcionados para o consumo e reformas residenciais – daí o controle rígido sobre as cadernetas de poupança (saques iniciais limitados a Cr\$ 50 mil) enquanto no overnight e fundos libera-se 20% do total. O bloqueio teve êxito em impedir estes movimentos na mesma intensidade, contudo pretendia-se evitar qualquer reação até a estabilização se consolidar, no qual a velocidade de remonetização e as dificuldades para controlá-la surpreenderam a equipe econômica que o administrava. Nos mercados de risco houve uma queda abrupta após o choque, mas os sinais de recuperação já se apresentavam em fins de março, mas houve demora por parte da equipe econômica em apresentar uma resposta a este movimento – que de fato ocorreu apenas no início de maio, embora a consciência da

³ Aloizio Mercadante, principal assessor econômico de Lula disse na época: “Nós teríamos feitos a mesma coisa” (Jornal do Brasil, 17/03/1990, pág.5).

Amaral Neto, então líder do PDS, declarou ao Jornal da Tarde de 19/03/1990, pág. 17: “É o preço que estou pagando por Collor ter nos livrado do candidato do PT”.

gravidade do que ocorria existisse, a reação deu-se através de medidas pontuais para evitar que os problemas se agravassem⁴.

Na contramão das propostas neoliberais, o Estado promoveu um forte ajuste com o propósito de recuperar o controle sobre a moeda, alterando as formas de acesso à liquidez e o processo de formação do poder de compra. Mais do que proteger ao povo, a prioridade era resgatar a unidade monetária, a confiança no gestor da moeda e a destinação produtiva do poder de compra da riqueza acumulada, colaborando para o reerguimento financeiro do setor público.

1.4 – Conclusões

O baixo crescimento econômico e a crise inflacionária associados ao enfraquecimento e desajuste financeiro do Estado conduziram a um processo eleitoral singular em 1989, nos quais os candidatos mais identificados com as mudanças e críticos ao governo vigente adquiriram maior destaque no pleito. A falta de um candidato de consenso fez com que dois candidatos de partidos menores conseguissem maior votação e seguissem para o segundo turno.

O medo da chegada ao poder de um candidato de esquerda, fez com que Fernando Collor de Mello conseguisse apoio de diversos setores conservadores da sociedade, aglutinando em sua campanha forças as quais futuramente não conseguiram fornecer sustentabilidade ao seu governo. Sua vitória representou um marco, no qual o modelo desenvolvimentista de governo foi abandonado e o início das experiências liberalizantes de mercado se manifestaram como uma nova proposta para a recuperação competitiva da indústria, da redução da suposta ineficiência do setor público e das perdas impostas pela inflação.

Seu plano de governo, anunciado logo em que assumira a presidência da república, buscou a partir de um choque combater todos estes temas, valendo-se da sua então popularidade junto à sociedade civil, dada sua baixa sustentação parlamentar. Sem uma estratégia gradualista, a indústria brasileira

⁴ Artigo 18 da MP 168 permitia ao ministro da economia alterar o prazo de retenção dos Cruzados, em que leilões de conversão dos direitos em cruzados detidos por parte do público como uma alternativa em caso de insuficiência de liquidez.

foi exposta à competitividade internacional sem ter tempo hábil para adequar-se aos novos padrões internacionais, uma vez que nos países centrais do capitalismo a revolução tecnológica impunha a redução de mão-de-obra e ampliava os ganhos de eficiência produtiva, fechando postos de trabalho e impondo ajustes drásticos no setor produtivo nacional, numa modernização forçada sem criar ramos endógenos de inovação tecnológica.

A reestruturação administrativa ao invés conduzir a um melhor atendimento das demandas sociais e melhor funcionamento do setor público deteriorou as condições de trabalho dentro do próprio setor público, com a contratação de trabalhadores temporários sujeitos a baixas remunerações.

O bloqueio da liquidez não teve o efeito desejado, a equipe econômica não conseguiu os efeitos desejados, pois em curto espaço de tempo ocorreu a remonetização da economia demonstrando que o plano não conseguira remover os obstáculos a estabilização econômica, pelo menos não de forma significativa. Além disso, houve forte impacto recessivo desta medida que gerou uma queda da produção inédita e brutal onde a escassez de moeda causou a paralisia de negócios.

Seus anos de governo, marcados por medidas extremas e no final pelas turbulências políticas, sinalizaram as mudanças nas propostas de condução da política de Estado, com o esvaziamento do poder operacional deste em favor das forças de mercado, impondo um drástico ajuste estrutural tanto no setor público como no privado com o propósito de solucionar a crise interna e reposicionar o Brasil no contexto internacional.

Capítulo II – 2002: Uma chance para esquerda brasileira

Em 1º de janeiro de 2003, Luis Inácio Lula da Silva tomou posse como presidente da República, mas não só o candidato mostrava-se diferente com o passar do tempo, mas a conjuntura econômica também. A economia após o Plano Real encontrava-se estabilizada, com o índice de inflação reduzido; consolidaram-se as propostas liberalizantes para economia e o Estado tornara-se predominantemente um agente regulatório das forças de mercado.

No entanto, sua vitória eleitoral não se deve apenas a sua persistência política, mas também a um conjunto de fatores que levaram a desarticulação do apoio ao candidato da situação, apoiado pelo então presidente FHC que assistia queda da popularidade de seu governo devido ao baixo crescimento, o alto desemprego e volta de índices inflacionários decorrentes da desvalorização cambial da moeda.

Uma análise sobre sua ascensão ao cargo máximo do executivo nacional mostrasse necessária pois, mais do que uma inclinação da sociedade às propostas da esquerda nacional, o enfraquecimento das forças que se encontravam no poder, a insatisfação com o governo instalado e o abrandamento do discurso outrora radical do PT foram capazes de criar um ambiente favorável a sua eleição.

2.1 – Desvalorização cambial e a crise energética - a queda da popularidade do governo FHC

Apesar do objetivo deste trabalho não ser avaliar os fatos ocorridos durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, discorrer sobre a queda da popularidade de sua gestão em seu 2º mandato é importante para entender como, após duas vitórias no primeiro turno nas eleições de 1994 e 1998, não foi possível eleger o candidato governista.

O sucesso do plano real lhe garantira a vitória em 1994 e a estabilidade econômica em seus primeiros quatro anos de governo garantiram a vitória em 1998, no entanto, a desvalorização cambial em janeiro de 1999, as baixíssimas taxas de crescimento do PIB durante todo o segundo mandato (0,3% em 1999,

4,3% em 2000, 1,3% em 2001 e 2,7% em 2002) foram incapazes de gerar condições favoráveis para a eleição de seu sucessor disputa eleitoral de 2002. O cenário político ficou ainda mais complicado com o racionamento de energia que também ocorreu neste período.

Apesar da estabilidade, em 2002 novamente um desejo de mudança norteava o processo eleitoral; ao contrário de 1989, onde se realizou o primeiro pleito presidencial desde 1961, existia um clima favorável à eleição de um candidato capaz de corresponder as expectativas sociais sem colocar em risco as conquistas feitas pelo governo FHC:

“O clima da opinião pública mostrava, portanto, um governo relativamente desgastado, mas um presidente altamente prestigiado. Pode-se dizer, neste sentido, que a população queria mudanças, mas não desprezava os avanços que haviam sido conseguidos pelo governo FHC. Lula e sua equipe entenderam o recado e souberam dizer na campanha presidencial o que o eleitorado queria ouvir”. (Ciro Coutinho, 2003, p. 97).

Uma sucessão de crises se abateu sobre os países emergentes durante a década de 90, a primeira ocorreu no México em 1994, seguida pelos países asiáticos em 1997 e, por fim, o *default* russo em 1998⁵. Através de um ajuste recessivo, elevação das taxas de juros, superávits primários e um amplo programa de privatizações o governo garantiu o acúmulo de reservas internacionais capazes solidificar o plano de estabilização econômica através de seu financiamento externo. No entanto, a moratória russa em agosto de 1998 restringiu o fluxo de divisas para os países emergentes e desta forma, com déficits em conta corrente no Balanço de Pagamentos seria maior que o fluxo de entrada de capitais em 1999, de acordo com Giambiagi e Averbug (2000):

“O Brasil (...) passou a enfrentar um problema de *realocação de carteira* dos agentes econômicos em geral, os quais, seja pela necessidade de recompor perdas sofridas com a Rússia, por medo de um inadimplemento externo brasileiro ou apenas temendo a desvalorização, promoveram uma fuga em massa de capitais”.

⁵ Para mais ver A CRISE BRASILEIRA DE 1998/1999 – ORIGENS E CONSEQUÊNCIAS de Giambiagi e Averbug

Em ano eleitoral, um choque na política cambial poderia debilitar as chances promissoras de reeleição do presidente devido a pressões inflacionárias – a desvalorização mexicana havia promovido um salto da inflação para 50% em 1995 e esse temor também existia na equipe econômica brasileira. Esse temor fez o governo fazer um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) às vésperas das eleições para contornar a situação garantindo políticas econômicas restritivas como um ajuste fiscal mais severo e uma política monetária mais rígida com a retomada da elevação da taxa de juros, o que contornou a situação até dezembro de 1998.

No entanto, em janeiro de 1999, ocorreu uma aceleração nas perdas das reservas cambiais e, em 13 de janeiro, o Banco Central anunciou a adoção de um regime de bandas, o qual durou apenas 48 horas e no dia 15 de janeiro o câmbio foi permitida a flutuação do câmbio. Medidas para controlar a desvalorização cambial foram tomadas, ainda que tardiamente no tocante a popularidade do governo, em março Arminio Fraga tomou posse como presidente do Banco Central promovendo um novo aumento da taxa de juros e procurou viabilizar o retorno das linhas de crédito do exterior de longo prazo. Sendo assim, o modo do BCB operar a política monetária a partir de então se tornou o regime de metas de inflação⁶.

O segundo choque cambial durante o governo Fernando Henrique veio a ocorrer em 2001, devido principalmente a reversão das expectativas dos agentes diante a crise Argentina, a crise energética brasileira (que será tratada mais adiante neste tópico) e aos atentados terroristas em 11 de setembro nos Estados Unidos. Se após um ano de forte crescimento econômico (o PIB crescera 4,36% em 2000), havia perspectivas de que o ano de 2001 transcorresse sem incidentes capazes de perturbar os fundamentos macroeconômicos estabelecidos; entretanto as expectativas dos agentes se reverteram diante o agravamento da crise Argentina em fevereiro do mesmo ano, que apenas se agravaram diante as incertezas com a nomeação, em março, do Sr. Domingo Cavallo como novo ministro da Economia daquele país. A crise sofreu abrandamento em julho com o leilão do Banespa (entrada de divisas no valor de US\$ 2,0 bilhões) e o acordo entre o governo central

⁶ Para compreender o sistema de metas de inflação no Brasil acessar: <http://www4.bcb.gov.br/FAQECONOMIA>

argentino e as províncias para o estabelecimento de um forte ajuste fiscal. O ápice da desvalorização ocorreu em 21 de setembro de 2001, quando a cotação do dólar chegou a R\$/US\$ 2,80 como reflexo dos ataques ocorridos em 11 de setembro nos Estados Unidos, fazendo com que a autoridade monetária brasileira intervisse de forma mais enérgica no mercado de câmbio diante o risco de uma desvalorização muito mais intensa. De acordo com Westphal (2005), esta crise teve como principal consequência o surgimento de pressões inflacionárias adicionais que superaram o teto máximo da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para aquele ano.

Um novo ataque especulativo ocorreu em 2002, dessa vez motivada pela desconfiança dos investidores internacionais diante a iminente vitória do candidato do PT à presidência da República, acompanhada pelas crises financeiras, reflexo dos escândalos contábeis em empresas norte-americanas como a Enron. Conforme a candidatura de Lula despontava nas intenções de voto, a incerteza dos agentes aumentava ocasionando elevada saída líquida de recursos estrangeiros do país, com as agências de classificação de risco internacional recomendando aos seus clientes uma menor exposição a títulos da dívida externa e interna brasileira com consequente aumento da demanda de dólares tanto por instituições não-financeiras como também pelas tesourarias dos bancos. Com a aproximação das eleições a desvalorização do Real se intensificou diante do que as instituições financeiras apelidaram de “risco Lula”. Para dimensionar o tamanho da crise Westphal (2005) observa que:

“As reservas internacionais líquidas ajustadas totalizavam US\$ 27,7 bilhões, em dezembro de 2001, e se reduziram para US\$ 16,3 bilhões, em dezembro de 2002. Por fim, no dia 22 de outubro, a taxa de câmbio fechou o dia a R\$/US\$ 3,95, sua maior cotação desde junho de 1994. Nos dois meses seguintes, a taxa de câmbio se estabilizou, fechando o ano cotado a R\$/US\$ 3,63, encerrando a crise cambial.”

Outro fato relevante colocou em xeque a credibilidade do modelo de gestão que vigorou durante os anos FHC: a promulgação de um programa de racionamento de energia devido o baixo nível dos reservatórios de água das

hidrelétricas em 2001; no entanto, as causas da crise de abastecimento possuem origens mais complexas merecedoras de uma breve explanação.

Após 40 anos de expansão através do gasto estatal, a indústria de suprimento de energia no início dos anos 90 encontrava-se estagnada em seus investimentos ao mesmo tempo o Estado brasileiro passava por profundas reformas que visavam reduzir sua participação na economia e ampliar o poder do setor privado e das forças de mercado. Com isso o setor elétrico não ficou fora do amplo programa de desestatização, pois se procurava introduzir a concorrência na geração e prestação de serviços elétricos. Para que isso fosse possível, de acordo com Filho, Mota, Carvalho e Pinheiro (2001) eram necessários os capitais privados substituírem o Estado na geração de energia elétrica, a desverticalização do setor de modo a aumentar a concorrência, o estabelecimento de um órgão regulador entre o Estado e os agentes de mercado do setor energético a fim de resolver possíveis conflitos de interesses entre as partes, uma nova política tarifária procurando a eficiência econômica e por fim estruturar um regime contratual em que a maior parte dos riscos dos agentes econômicos fosse transferida para o mercado.

Entretanto, segundo Tolmasquim (2000) “Entre 1990 e 2000 o consumo cresceu 49% enquanto a capacidade instalada foi expandida em apenas 35%” por outro lado, a melhora do poder aquisitivo na primeira fase do Plano Real representou um *boom* no consumo de eletrodomésticos e como consequência o aumento do consumo doméstico; ao mesmo tempo, o consumo industrial apresentou queda no período (de 53,6% para 43,2% segundo dados de Filho, Mota, Carvalho e Pinheiro) devido ao aumento da produtividade e redução da cadeia produtiva resultante da abertura comercial. Neste quadro um racionamento de energia teve consequências negativas para o governo, pois as medidas adotadas (Ver Tabela 2.1) impunham multas e cortes no fornecimento para os consumidores de todos os setores (consumidores domésticos, industriais e do setor público). Mais uma vez onerou-se a população quando na verdade a origem da crise se encontrava na falta de investimentos em geração e transmissão de energia, devido principalmente pela política de superávits primários com vistas a reduzir o déficit público.

“A estimativa é de que as estatais federais deixaram de investir cerca de 17 bilhões de reais desde outubro de 1998 por conta das metas de corte dos gastos, para conseguir um superávit nas contas públicas, e de uma metodologia pela qual são considerados como despesas não apenas os gastos do governo com todos os recursos despendidos pelos governos federal, estadual e municipal, mas também pelas empresas controladas por eles.” Tolmasquim (2000).

Tabela 2.1

Brasil: Racionamento de Energia Elétrica: 4 de Junho a Novembro — 2001

Consumidores	Consumo em 2000	Redução de 20%	Sobretaxa	Bônus ^a	Corte de Fornecimento ^b
1. Residência	Ate 100 kWh	Opcional	Não	Sim	Não
2. Residência	101 a 200 kWh	Sim	Não	Sim	Sim
3. Residência	201 a 500 kWh	Sim	Não ^c	Sim	Sim
4. Residência	Acima de 500 kWh	Sim	Não ^d	Sim	Sim
5. Indústria Comércio (Alta Tensão) ^e	Acima de 500 kWh	15% a 25%	Não	Não	Sim
6. Indústria Comércio (baixa tensão) ^f	Acima de 500 kWh	20%	Não	Não	Sim
7. Área Rural	Sem Limite	10%	Não	Não	Sim
8. Setor Público Federal	Sem Limite	15% a 35%	Não	Não	Sim

Fonte: Resolução 01, de 16 de maio.

^a Quem economizar acima de 20% do consumo médio ganhará desconto.

^b Sem redução tem-se corte de energia por três dias, na primeira vez, e por seis dias nas reincidências.

^c Caso não atinjam a meta de 20%, 50% de multa.

^d Caso não atinjam a meta de 20%, 200% de multa.

^e A redução que não for feita será cobrada pelo preço do mercado atacadista e haverá corte de fornecimento pelo número de dias necessários para recompor a meta. A empresa pode vender a parte do consumo economizada a outras empresas em lotes da distribuidora ou acumular para uso futuro. Pode, também comprar energia de outras nos lotes.

^f Idem nota nº 5.

Nesse contexto se insere a eleição de 2002, em que os candidatos de oposição - em especial Lula que manteve posição crítica durante todo governo FHC – encontravam-se fortalecidos, com eleitorado desejoso por um redirecionamento da política econômica em vista de maior geração de empregos e ampliação da atuação do governo nas áreas sociais.

2.2 – O Processo Eleitoral

Mais uma vez, cabe ressaltar que este trabalho não tem por objetivo avaliar as campanhas dos diversos candidatos à presidência e, desta forma, caberá uma análise dos dois principais candidatos: Lula, o mais representativo da oposição; e José Serra, o candidato governista. Entretanto um aspecto

desse pleito merece destaque: o revezamento dos candidatos que disputavam com Serra a chance de ir para o segundo turno contra Lula. A primeira a merecer destaque foi Roseana Sarney, filha do presidente José Sarney e ex-governadora do Maranhão. Sua pré-candidatura pelo PFL apoiou-se em uma forte campanha televisiva e pesquisas de opinião⁷ a apontavam como principal adversária de Lula e perspectivas de vitória no segundo turno. Contudo, um escândalo envolvendo a apreensão pela Polícia Federal de uma elevada quantidade de dinheiro em espécie em uma empresa de sua propriedade, ocasionando a renúncia de Roseana à sua pré-candidatura.

Em seguida, foi a vez de Ciro Gomes, ex-governador do Ceará e ex-ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, aparecer como forte concorrente na disputa eleitoral, com forte participação na TV e apoio de sua namorada Patrícia Pillar (uma famosa atriz), contudo sua campanha apresentou forte declínio após o início do Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita (HPEG) onde sofreu forte ataque de José Serra que o expôs como um candidato temperamental e questionando a participação de uma famosa atriz em sua campanha minando sua credibilidade junto ao eleitorado. E por fim, havia Anthony Garotinho, ex-governador do Rio de Janeiro, que se posicionou a frente de Ciro Gomes na campanha eleitoral, terminando o pleito na terceira colocação. sua campanha destacou-se pelo forte apelo religioso e por suas realizações de caráter populistas no governo do Rio de Janeiro.

A candidatura de José Serra marcou-se pela sua situação como candidato governista, apesar de boa reputação adquirida à frente do Ministério da Saúde durante a gestão FHC. Contudo suas propostas centravam-se nas falhas que o eleitorado detectava na gestão Fernando Henrique e, com isso, seus adversários souberam questionando sua participação no governo e por que não se aproveitou sua influência para articular proposta mesmo durante o governo vigente na época. A principal deficiência de sua campanha não estava em sua estratégia, muito menos nas propostas apresentadas pelo candidato, mas sim por que ele “representava a continuidade de um governo cuja avaliação junto ao eleitorado era majoritariamente negativa” (Carreirão, 2004). Ainda assim, conseguiu o apoio do PMDB, garantindo-lhe maior tempo no

⁷ Ver pesquisas Datafolha de Fevereiro de 2002.

horário eleitoral gratuito. Outro ponto fraco do candidato era sua falta de carisma junto à população, apesar sua inteligência e capacidade administrativa serem reconhecidas, o que dificultava seu acesso a certas camadas da população.

Por sua vez, Lula e o PT, demonstraram grande habilidade em conduzir o processo eleitoral; mais do que qualquer outro candidato, sua campanha soube canalizar os descontentamentos da população com o governo FHC, seu histórico de oposição às medidas liberalizantes e suas propostas para atender as demandas sociais não atendidas desde a Constituição de 1988 foram capazes de aglutinar setores da classe média que sofreram perdas decorrentes da desvalorização cambial e da persistente estagnação econômica. Soma-se a isto, a mudança de seu discurso e de seu partido, numa postura menos “radical” e mais conciliadora, com o apoio de setores empresariais, especialmente após a aliança com o Partido Liberal e a indicação de José Alencar, industrial do ramo têxtil, como vice-presidente em sua chapa. Sua posição junto aos setores mais conservadores sofreu sensível melhora com a publicação da *Carta ao Povo Brasileiro* em que se comprometia com a manutenção de contratos, das metas de inflação e do superávit primário:

“Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos. Mas é preciso insistir: só a volta do crescimento pode levar o país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. Não são um bem exclusivo do atual governo, pois foram obtidos com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos mais necessitados.”

Carta ao Povo Brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva.

São Paulo, 22 de junho de 2002.

A crise cambial que ocorrera durante o ano de 2002 apenas se estabilizou com o resultado do processo eleitoral, que ratificou a sua vitória, iniciando um novo período de grandes expectativas de mudança por parte da sociedade, ansiosa por avanços na área social e retomada do crescimento econômico e da geração de empregos.

2.3 – Governo Lula: Mudanças?

"A esperança venceu o medo e hoje eu posso dizer para vocês que o Brasil mudou sem medo de ser feliz", afirmou Lula em sua primeira entrevista ao ser confirmada sua vitória nas eleições de 2002. Pela primeira vez um presidente de esquerda assumia o comando da nação e com ele votos para um novo rumo para o país, com desenvolvimento e o resgate da dívida social. A esperança de compromissos com reformas estruturais necessárias - com sentido democrático e popular, em busca de uma sociedade mais solidária e justa, a busca da superação da condição periférica do Brasil ampliando o mercado interno e a busca de um novo modelo de desenvolvimento, pois o choque liberalizante não fora capaz superar o quadro de subdesenvolvimento, mas acabara por aprofundar o desemprego, a desnacionalização da economia e o aumentara de sua vulnerabilidade externa.

A crise instalada no fim do governo FHC, entretanto, deixou marcas profundas colocando o Brasil numa posição ainda mais vulnerável em suas contas externas, dependente de aportes de recursos do FMI para honrar seus compromissos externos. Aliado a tal fato, está o dogma da "credibilidade" e das políticas macroeconômicas corretas, neutras; conduzidas através de um enfoque microeconômico através de políticas compensatórias na área social e a política monetária restringida às metas de inflação. Seria então o novo governo fonte de mudanças, com a superação destes dogmas e medidas?

2.3.1 – Gestão Responsável e Política Econômica Liberal

Ao assumir o compromisso com a continuidade da política vigente até então, o governo Lula seguiu a primazia pela valorização financeira ante a valorização produtiva, que comanda nos interesses das elites brasileiras desde os anos 80. Ao valer-se da retórica da gestão transparente da coisa pública, têm-se qualquer política econômica não-ortodoxa como contra a estabilidade e irresponsável ao gerir o dinheiro público. O governo anterior não sofrera pressões ao valer-se dos instrumentos teóricos e práticos da cartilha neoliberal para conduzir o país, porém um governo do Partido dos Trabalhadores entra

em contradição com seus ideais e seu histórico de luta para melhora das condições sociais. Ou seja, os anos que se seguiram desde o início da abertura comercial com Fernando Collor em 1990 e que culminaram com a eleição de Lula em 2002, deixaram marcas profundas na sociedade brasileira, com desordenamento das classes sociais onde, segundo Paulani (2003), “não se sabe mais quem comanda o quê e nem quem representa o quê” e, iludiram-se aqueles que imaginaram ou até mesmo sonharam que a eleição de um presidente de esquerda seria capaz de, em um só movimento, modificar os rumos da política econômica.

A busca incessante por credibilidade seria a tônica de qualquer partido que assumisse o poder e a busca pela “justiça social” seria e foi realizada através da focalização dos programas sociais, no qual o discurso das autoridades proclamou a mudança e, suas atitudes, escreveram mais um capítulo dos anos de liberalização econômica brasileira.

Era previsível que o descontrole cambial ocorrido de junho a outubro durante o processo eleitoral teria efeitos sobre o nível de preços, e o reflexo nos índices de preços ocorreu a partir de novembro de 2002, justificando a manutenção de taxa de juros reais elevadas e a elevação do compulsório dos bancos implementada em fevereiro de 2003, pois se temia o descontrole inflacionário. Esses ataques especulativos contra a moeda brasileira revelaram os efeitos perversos de uma política de metas de inflação com taxa de câmbio flutuante, pois através das taxas de juros, o sistema de metas de inflação retransmitiu para o conjunto da economia a volatilidade presente nos mercados financeiros globais. Temor este infundado, pois como bem observa Farhi (2006), houve uma apreciação da moeda e dos ativos brasileiros ao longo de 2003, resultante da reversão dos ataques especulativos que ocorreram no ano anterior. A política de valorização cambial praticada pelo Banco Central mostrou-se como um instrumento antiinflacionário, repondo as condições para a armadilha de 1999, no qual uma redução da taxa de juros seria capaz de provocar uma desvalorização cambial capaz de pressionar o nível de preços. A renúncia ao controle sobre o capital financeiro externo, com um Banco Central independente, na prática, da autoridade do governo e das políticas fiscais, promove a sustentação do modelo conservador em que os gastos sociais

ficaram subordinados às metas de superávit primário. Como bem afirma Lopreato (2006, pág. 219):

“O pequeno raio de manobra limitou a alteração dos rumos da política econômica e a visão inicial, de que a conservação da lógica anterior era opção tática, logo foi superada, dando margem à certeza de que não haveria mudança de rota na definição dos marcos gerais da política econômica e da estratégia de desenvolvimento”.

Não se promoveu reformas capazes de enfrentar os problemas sociais, subestimando a questão nacional, o subdesenvolvimento; com a adoção da gerência de um Estado falido e em crise. Não se aproveitou os resultados do sufrágio, em que os anseios por reformas poderiam ser aproveitados para a construção de um projeto nacional, progressista nas condições sociais e nas políticas governamentais. Não há intenção de se rever o modelo de política macroeconômica, pois o controle fiscal é condição dada e prévia a redução da taxa de juros e à retomada do crescimento.

2.3.2 – Política Industrial sem políticas industrializantes

Se a crise da década de 80 criou um contexto favorável para a estratégia neoliberal, o fracasso desta última marca a década de 90 e o início do século XXI busca por um novo modelo para o crescimento econômico e o desenvolvimento da indústria. Se a abertura comercial e a exposição à concorrência internacional, do ponto de vista microeconômico, promoveram o ganho de produtividade e de competitividade; do ponto de vista macroeconômico o baixo nível de investimento na indústria e o saldo comercial negativo foram decepcionantes se comparados aos demais países em desenvolvimento, pois estes obtiveram taxas muito superiores à brasileira.

Em 2003, o governo Lula adotou uma “Política Industrial, Tecnológica e de Comercio Exterior” (doravante PITCE) rompendo com anos de inércia neste campo, contudo ao manter o regime de política econômica cria um ambiente macroeconômico desfavorável para o fortalecimento das empresas que

sobreviveram à onda liberalizante e a inserção da economia brasileira no cenário internacional.

Em que pesem as crises externas ocorridas durante toda a década de 90⁸, não se pode afirmar que estes choques exógenos, o baixo desempenho externo são retrato das transformações na estrutura produtiva em que as empresas industriais procuraram:

“... atalhos para melhorar rapidamente sua competitividade, atualizando produtos, substituindo insumos nacionais por importados e modernizando equipamentos. Paradoxalmente, a melhora rápida da eficiência dos produtores locais (tanto empresas nacionais como filiais de empresas estrangeiras) foi facilitada pelo relativo atraso tecnológico acumulado nos anos 1980, particularmente nos setores voltados para o mercado interno”. (Laplane e Sarti, 2006, p.303)

A persistência do governo Lula, em 2003, em utilizar a política monetária para controlar as pressões inflacionárias impediu que o desempenho da indústria obtivesse bons resultados, freando o crescimento da demanda doméstica e a geração de novos postos de trabalho.

A desvalorização cambial, no entanto criou condições favoráveis para os setores exportadores e a partir de 2004 a demanda por insumos das economias asiáticas (especialmente a China) favoreceu a geração de resultados favoráveis na balança comercial nos últimos anos. A indústria brasileira apresenta bom desempenho em setores intensivos em trabalho e recursos naturais e, de acordo do Laplane e Sarti (2006), os produtos primários representam 40% do total das exportações, dessa forma o bom desempenho das exportações brasileiras depende da demanda por *commodities* primárias de seus parceiros comerciais, notadamente a Ásia.

A opção pelo modelo neoliberal nos anos FHC fez com que as próprias empresas escolhessem as estratégias mais adequadas as suas necessidades e o governo optou por definir os condicionantes macroeconômicos, eliminando a intervenção estatal; no governo Lula, as restrições externas sofreram expressivas melhoras, mas a manutenção da política econômica freou a

⁸ México em 1995, Ásia em 1997, Rússia em 1998, desvalorização cambial de 1999 e o “apagão” de 2001.

reativação da demanda interna em nome da estabilidade de preços. Transferiu-se para a PITCE a capacidade de promover o crescimento, mas a adoção de estratégias macroeconômicas “responsáveis” faz com que as metas fiscais restrinjam os instrumentos e o alcance dos programas governamentais, sendo incapaz aproveitarem as oportunidades que surgiram no mercado internacional.

O Brasil deixa livre o caminho para a ascensão de seus concorrentes no mercado externo, ao ser incapaz de retomar o crescimento industrial; oportunidades perdidas em que as perspectivas de longo prazo demonstram que num futuro próximo o país necessitará de um esforço adicional para a recuperação de sua competitividade.

2.3.3 – Liquidez Internacional – A estrela da sorte ou a Sorte da Estrela?

A marca principal do período correspondente a 2003 a 2005 foi o auge da incorporação dos países emergentes à “globalização financeira”, com um amplo aumento da mobilidade internacional de capitais ratificadas por processos nacionais de liberalização financeira interna e externa. Esse triênio benigno corresponde aos três primeiros anos do governo Lula e é responsável, em grande parte, pela inserção externa extremamente favorável de sua gestão.

O aprofundamento da liberalização financeira no Governo Lula, possibilitadas através da unificação dos mercados de câmbio livre e da extinção da Conta de Não-Residentes (CC5) que possibilitou tanto a pessoas físicas como jurídicas a converterem reais e dólares e remete-los ao exterior e da Medida Provisória 281 a qual sancionou a concessão de incentivos fiscais para investidores estrangeiros para a aquisição de títulos da dívida pública interna. Contudo, de acordo com Prates (2006), a procura por estes títulos foi baixa devido à elevada carga tributária (Imposto de Renda, IOF e, na época, CPMF) bem como a alternativa de aplicar em derivativos vinculados à taxa de juros real (permitidos pela Resolução nº. 2689), sendo assim o estoque de títulos públicos detidos por investidores externos em janeiro de 2006 totalizava apenas R\$ 5 bilhões.

As condições externas favoráveis e o retorno dos fluxos de capitais voluntários e permitiram o pagamento das obrigações com o Fundo Monetário Internacional, seguidos em 2004 pelo retorno dos fluxos de Investimento Externo Direto (IED), além do retorno dos investimentos em portfólio. As ações das empresas brasileiras de *commodities* (Petrobrás e Usiminas, por exemplo) atingiram valores recordes na Bolsa de Valores de Nova Iorque chegando a ocupar o papel de liderança. Outra característica, dentro do conjunto da globalização financeira, foi o volume de títulos denominados em reais no mercado internacional, sendo um atrativo para os investidores internacionais, pois o cenário era de queda dos *spreads* e com o elevado diferencial entre a taxa de juros externa e interna. E, por fim, os derivativos de taxa de câmbio negociados na BM&F em que, ainda de acordo com Prates (2006), “em marcos de 2006 (...) o valor nacional desses derivativos na BM&F totalizou US\$ 256, 4 bilhões, contra cerca de US\$ 12 bilhões no mercado à vista”.

Aliam-se ao bom cenário internacional, os superávits crescentes da balança comercial em que os bons desempenhos das exportações se transmitiram para o saldo devido às taxas de crescimento maiores que os das importações, ou seja:

“... o governo Lula recebeu os bônus da mudança cambial (uma das heranças do segundo governo FHC), sem arcar com os seus ônus. (como a deterioração do poder de compra dos trabalhadores).(...) Contudo, a partir de então, a apreciação da taxa de câmbio nominal, que se transmitiu à taxa real, não esteve associada somente ao ingresso líquido de divisas no mercado de câmbio à vista, mas também ao patamar anômalo da taxa de juros básica que condicionou movimentos especulativos nos mercados derivativos financeiros de ativos brasileiros.(...) impondo sérios constrangimentos à compra de divisas pela autoridade monetária, ao elevar o custo das operações de esterilização, reduzindo o raio de manobra do banco central brasileira na gestão cambial.” (Prates, 2006, pág. 149)

No entanto o patamar elevado dos preços das *commodities* e a recuperação do comércio, especialmente pela expansão econômica da China, demonstra a fragilidade da pauta exportadora brasileira por manter-se atrelada à produtos primários e de baixo valor agregado, caracterizando assim um baixo dinamismo. Por outro lado, as importações brasileiras são concentradas em

produtos de média e alta tecnologia, pois não ocorreu substituição de importações pelas empresas transnacionais, intensivas em equipamentos desta natureza, como resposta às desvalorizações cambiais como se esperaria, pois a debilidade do Estado em induzir uma política industrial não possibilita a atração de investimentos dessas empresas nem valoriza a participação das filiais brasileiras nas redes mundiais de fornecimento. Assim sendo, a inserção comercial vivida no governo Lula não apresentou mudanças significativas seja em termos setoriais ou em termos da intensidade tecnológica.

Assim sendo, a abertura externa financeira aprofundou as formas de transmissão de instabilidades e crises internacionais para o mercado brasileiro devido ao aumento da participação de investidores estrangeiros no mercado brasileiro, bem como a facilidade da remessa de recursos de agentes privados nacionais para o exterior. O superávit da balança comercial não reflete uma melhora setorial na pauta de exportações brasileira, que ainda mantém produtos primários como elementos chaves para sua inserção no mercado mundial, enquanto isso o Estado não aproveita a oportunidade de queda das restrições externas para ampliar seu raio de manobra e induzir investimentos em áreas de média e alta tecnologia além da incubação de empresas com capital predominantemente nacional em tais segmentos.

2.4 – Conclusões

O fracasso das propostas neoliberais em reabilitar o crescimento econômico e a geração de empregos, fez com que vários setores da sociedade se alinhassem com ao candidato e partido mais críticos deste regime. Não necessariamente houve uma conversão de camadas da sociedade brasileira para os ideais de esquerda, mas o descontentamento com o sistema vigente abriu um espaço histórico para o candidato com histórico de longa data de luta pelas causas sociais e do emprego assumir a presidência da República.

Contudo, o Lula eleito em 2002 não era o mesmo de 1989, nem mesmo o país que ele iria assumir o comando, tanto ele como seu partido abrandaram seu discurso e comprometeram-se a continuar com as políticas

macroeconômicas “responsáveis” em nome da credibilidade externa e da manutenção da estabilidade de preços.

Em nome da credibilidade, a política de abertura do mercado financeiro nacional foi mantida, expondo ainda mais o país a volatilidade dos mercados de capitais internacionais; com um Estado mínimo, aliado aos interesses das grandes corporações interessadas nos ganhos de curto prazo com as elevadas taxas de juros e especulação com a taxa de câmbio. Para a manutenção da estabilidade de preços, adota-se uma política recessiva, deficiente em induzir o crescimento do mercado interno e promover a internalização dos setores dinâmicos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico; o ciclo de alta de preços das *commodities* responsável pelo superávit da balança comercial não muda a inserção brasileira no mercado mundial – uma economia periférica, dependente dos ciclos de expansão da liquidez no centro do sistema capitalista e fornecedora de matérias-primas.

Dessa forma, o governo Lula conforma-se como mais um capítulo da cartilha liberal, no qual o carisma de um presidente vindo das classes populares esconde a incapacidade do governo em superar os gargalos da economia brasileira, à promover resultados positivos resultantes em grande parte em virtude da conjuntura internacional do que por mérito próprio.

Capítulo III - Avanços e retrocessos: alguns resultados das políticas econômicas.

Após anos de ditadura militar, o modelo que levou o Brasil a industrialização encontrava-se esgotado, a transição democrática em 1985 havia suprimido o sufrágio para presidente, a inflação corroía o poder de compra da população e o insucesso dos planos de estabilização minaram a confiança da sociedade no poder público.

O pleito de 1989, neste contexto, reflete o desejo de mudança onde as lideranças tanto de esquerda como de direita não alinhadas ao governo conseguiram obter grande espaço nas diversas camadas da sociedade. O medo de proposta socializantes – em um mundo que assistia a queda da União Soviética – promoveu a ascensão de Fernando Collor de Mello e o histórico de lutas pelo direito dos trabalhadores e à democracia fortaleceram Lula e Brizola. A forte influência da mídia, do marketing político e dos setores mais conservadores da sociedade brasileira, além da extrema habilidade de se comunicar com os “descamisados”, pesaram a favor da vitória de Collor naquele ano.

Em 2002, em um novo contexto, ressurgiu o desejo de mudança. A estabilidade de preços havia sido alcançada e a abertura comercial integrou a economia brasileira à mundial. Mas o crescimento econômico e a geração de empregos não foram retomados. Os choques exógenos durante a década de 90 demonstraram a fragilidade do modelo de desenvolvimento adotado, dependente dos ciclos de liquidez internacionais, e a crise energética em 2001 foi a prova que os gargalos de infra-estrutura persistiam e que o setor privado não fora capaz de realizar os investimentos necessários. Desta forma, a eleição de Lula, com seu histórico de luta pelas causas sociais e por um Estado mais justo, foi a mais recente tentativa democrática de recolocar em pauta o resgate da dívida social e o desenvolvimento econômico.

Porém, quais foram os avanços e os retrocessos, quais as expectativas foram atendidas e quais não se realizaram? Este capítulo procurará apontar alguns destes aspectos em ambas as gestões, independentemente das polêmicas geradas por suas medidas.

3.1 – Avanços

As propostas para a retomada do crescimento no governo Collor, significaram uma alteração profunda na forma de inserção da economia brasileira à internacional, na atuação do Estado da economia e sua interação com o setor privado e todas estas medidas inseridas nas propostas neoliberais. A abertura comercial, com a redução das alíquotas sobre os bens importados visou o aumento da competitividade da economia; foram adotadas medidas que serviu de base para integrar a economia ao processo de globalização como a desregulamentação da economia, o programa de privatização das estatais e a abertura do mercado financeiro ao capital internacional parecem ter colocado o país em um rumo sem volta.

A busca pela credibilidade, através das reformas liberalizantes, constituiu um importante fator para a retomada dos investimentos estrangeiros diante a incapacidade do Estado em viabilizar a competitividade no setor produtivo. Se o aparato estatal se mostrara eficiente para induzir o crescimento nos setores oriundos da Segunda Revolução Industrial, o mesmo não ocorrera para internalizar as mudanças no paradigma tecnológico e empresarial impostas pelo desenvolvimento da microeletrônica, novas técnicas de produção e globalização dos mercados.

Deslocou-se, como questão central da política industrializante, a expansão da capacidade produtiva, uma vez maturados os investimentos realizados pelo Estado ao longo da década de 70, sendo o novo foco a competitividade e a produtividade do setor industrial. Desta forma, buscou-se a formulação de regras claras, estáveis e transparentes para estimular a competição industrial através do mercado.

Promoveu-se uma revisão dos instrumentos de para o incentivo ao investimento, como a revogação da isenção tributária que contemplava vários regimes especiais de importação, reconstituiu-se a tarifa aduaneira como instrumento de proteção contra os sistemas discricionários e poucos transparentes de restrição quantitativa.

Este foi um movimento que os governos subseqüentes ao governo Collor não interferiram, independentemente das conseqüências, onde:

“Estas mudanças de orientação estão articuladas com o processo de globalização e com as orientações políticas do Governo Brasileiro em seguir as orientações das instituições multilaterais de crédito e de coordenação política e as tendências dominantes no cenário mundial”. (Diniz, 1999, pág.1).

Avaliadas as demandas sociais que conduziram Lula à presidência da República, é inegável o sucesso dos programas de transferência de renda, em que a busca pela redução da pobreza à níveis toleráveis sem eles não será possível num horizonte de tempo razoável; eles são parte fundamento na construção de uma sociedade mais justa e igualitária ao promoverem maior integração social.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, hoje o programa atende 11,1 milhões de famílias em todos os municípios brasileiros e, graças às condicionalidades⁹ impostas para a inclusão no programa, ele colabora para a melhoria da condição alimentar, nutricional e educacional. E segundo dados de Soares, Soares, Medeiros e Osório “80% da renda do Bolsa-Família vai para famílias abaixo da linha de pobreza (de metade de 1 salário mínimo per capita)” estando bem focalizados, contribuindo para o combate a pobreza e à desigualdade.

3.2 Retrocessos

Com as medidas do Plano Collor, uma parcela do empresariado viu-se na iminência da extinção, incapazes por razões estruturais, de se igualarem aos seus rivais nos países avançados. Houve o sucateamento de setores da economia brasileira e a destruição do capital produtivo estatal, com uma brutal reestruturação do país, no qual a abertura não planejada a concorrência internacional, levou a desindustrialização de inúmeros setores que se expandiram durante o período de 1940 a 1970.

⁹ Para mais acessar portal MDS: www.mds.gov.br

A eleição de Fernando Collor apoiou-se num projeto de “modernização” do país, porém não foi possível ao modelo adotado uma inserção ativa no comércio internacional, nem mesmo a eliminação dos traços de subdesenvolvimento da economia brasileira. Apesar da abertura do país a concorrência internacional, a industrial nacional não se encontrava preparada para os padrões vigentes e não havia incorporados os novos paradigmas tecnológicos ao seu modo de produção. A modernização neoliberal penalizou sobremaneira o mundo do trabalho, destinando grandes parcelas de trabalhadores a miséria da economia informal. Aqueles que permaneceram no mercado de trabalho formal conviveram com perdas salariais e superexploração do trabalho.

O período conturbado de sua gestão impediu que a revisão constitucional prevista para 1993 fosse capaz de ratificar as conquistas sociais obtidas na Carta Magna, dando espaço para a implantação de um conjunto de reformas que adequariam à constituição aos novos tempos, como bem observa Gimenez (2007, pág. 114):

“Essa agenda já contemplava a reforma da previdência, a defesa da focalização da política social, a privatização de serviços públicos, a expansão da rede privada de educação (principalmente superior) e dos seguros-saúde, a ampliação do sistema de aposentadoria complementar e a expansão dos fundos de pensão para segmentos mais organizados”.

Assim sendo, os expedientes que desfiguravam a política social e os direitos previstos constitucionalmente não encontraram obstáculos para implantar as propostas de cunho liberal.

A manutenção da política econômica da era FHC, fez com que o governo Lula não retomasse o crescimento econômico, um superávit primário crescente, taxa de juros mantidas em patamares ainda elevadas para manter a convergência da inflação às metas estipuladas demonstram o compromisso da gestão petista com a gestão econômica liberal e manutenção da “credibilidade” internacional, um ativo intangível que garante os fluxos de capitais especulativos responsáveis pela estabilidade do balanço de pagamentos. O crescimento obtido deve-se principalmente ao favorável ambiente externo, onde o excesso de liquidez internacional proporciona oportunidades

diferenciadas de inserção na economia internacional, uma oportunidade que o Brasil desperdiça ao manter sua pauta de exportações fortemente atrelada em *commodities* e não promover a internalização dos setores intensivos em alta tecnologia e em pesquisa e desenvolvimento científico.

Ao mesmo tempo, as políticas contra a pobreza do governo Lula não destoam das utilizadas pelos governos anteriores e muito contrastam com as propostas universalizantes presentes na Constituição, apesar de sua força inegável força contra a extrema desigualdade social, tais políticas não demonstram força capaz de alterar a estratificação social brasileira ou mesmo capaz de dinamizar a mobilidade social. Seus resultados são benignos, porém não capazes de promover o resgate da dívida social brasileira, que cada dia mais parece estar mais distante.

Sem a retomada do crescimento, não existem perspectivas de longo prazo e para a definição quanto ao projeto de país a ser construído. A inserção brasileira continua subalterna no cenário internacional, dependente do investimento externo estrangeiro, o qual já se mostrou incapaz de retomar a taxa de investimento na economia brasileira por inserir-se através da aquisição de ativos preexistentes (privatizações); os problemas sociais encontram-se ainda latentes, em que as políticas e ações utilizadas aproximam-se cada vez mais das concepções mais limitadas de proteção social.

Conclusões Finais

Ao analisarmos a trajetória dos últimos 20 anos da política brasileira vemos que a sociedade por duas vezes viu-se disposta a colocar em prática um conjunto de mudanças institucionais.

Primeiramente em 1989, em um contexto de altas taxas inflacionárias e crise do Estado brasileiro, onde o modelo nacional-desenvolvimentista já não era mais capaz de atender as necessidades acumuladas durante o período de alto crescimento econômico vivido de 1930 até o fim da década de 70, um novo modelo de desenvolvimento foi buscado.

O fracasso da transição democrática em estabilizar a economia, o insucesso de diversos planos de estabilização fez com que novas lideranças e lideranças não-alinhadas as forças no poder obtivessem destaque nacional junto ao eleitorado – tanto à direita quanto à esquerda.

As características especiais do pleito de 1989, em que o forte marketing político, as expectativas e a forte intervenção da mídia conseguiram direcionar a sociedade a eleger um candidato jovem, identificado com a modernização, sem os riscos de uma experiência socialista no poder. A posse de Fernando Collor de Mello representou este fato. Ao assumir o poder fica clara a mudança na forma de interação entre o Estado, a sociedade e o setor privado. Sua gestão é marcada pelo início das experiências liberalizantes na economia brasileira, seguindo os modelos internacionais, consolidados e difundidos pelos países. A abertura da economia para a concorrência internacional, a redução da participação do Estado no setor produtivo, a reforma administrativa foram medidas que ao longo dos anos seguintes persistiram ou foram aprofundadas. Sua tentativa de acabar com a inflação através do bloqueio da liquidez foi sua mais polêmica e drástica atitude, pois abalou sua credibilidade tanto junto a população de baixa renda como aos setores mais conservadores. Houve a retração dos investimentos, queda na produção, queda no emprego os novos rumos para a política econômica já estavam colocadas.

Em 2002, a quadro para o novo presidente que assumiria era muito diferente de 1989, o Estado já havia reduzido sua participação na economia e tornado-se apenas em um agente regulador, a estabilidade de preços havia

sido alcançada, no entanto o fantasma da do descontrole inflacionário ainda permeava os formuladores da política econômica. As reformas liberais capazes de garantir a estabilidade macroeconômica não foram eficientes para a retomada do crescimento econômico; a inserção brasileira na economia internacional continuou subordinada aos ciclos de liquidez internacional e aos capitais especulativos de curto prazo.

A vitória de Lula neste novo cenário era a possibilidade da esquerda pela primeira vez no comando do executivo nacional colocar em prática as medidas pelas quais lutaram desde 1989. Porém o desarranjo social causado pelos anos de liberalismo não foi capaz de alinhar a sociedade às propostas esquerda, mas sim ao candidato historicamente crítico ao modelo até então vigente. Seu início de governo ficará marcado pelo aprofundamento das reformas liberais, pelo aumento das taxas de juros em busca do cumprimento das metas de inflação e uma política de superávit primário ainda mais ousada que os anos Fernando Henrique, com recordes de arrecadação consecutivos.

A questão social foi abordada de forma focalizada seguindo a cartilha liberal em detrimento de políticas universalizantes em busca de uma sociedade mais igualitária e solidária. É inegável que a distribuição de renda constitui uma ferramenta poderosa para redução dos níveis de pobreza, mas enquanto o crescimento econômico não for retomado não será possível promover a inclusão social necessária para o resgate da dívida social brasileira.

Sendo assim, é possível dizer que os governos os quais tomaram posse de forma democrática com propostas de mudança não foram capazes de estabelecer novos paradigmas para a retomada do crescimento econômico. A adoção do modelo liberal pelo governo Collor é um marco para a política e economia brasileira, pois até o momento nenhum governo conseguiu romper com os novos paradigmas que suplantaram o modelo nacional-desenvolvimentista: uma economia aberta, com participação reduzida do Estado no setor produtivo e com a adoção de medidas paliativas para o contorno dos problemas sociais, e neste marco, o governo Lula não significa mudança e muito menos esperança de superação deste modelo, mas sim apenas mais uma página deste capítulo da história.

Bibliografia

ABBY, Bernard. **Questão Fiscal: Crise e Concentração de Renda.** In: DESEP-INCA. (Org.). *Crise Brasileira: Anos oitenta e governo Collor.* São Paulo: inca, 1993, v. 01, p. 7-82.

ARAÚJO JR, José Tavares de. **Os dilemas da abertura da economia.** AQUARELLA DO BRASIL. RIO DE JANEIRO: RIO FUNDO, 1990, 2ª Edição.

BAPTISTA, Margarida Afonso Costa. **Política Industrial e Desestruturação Produtiva.** In: DESEP-INCA. (Org.). *Crise Brasileira: Anos oitenta e governo Collor.* São Paulo: inca, 1993, v. 01, p. 7-82.

BRESSER - PEREIRA, LC. **Os Tempos Heróicos de Collor e Zélia.** São Paulo, Nobel, 1991.

CARVALHO, Carlos E. **As origens e a gênese do Plano Collor.** Nova Economia (UFMG), v. 16, p. 101-134, 2006.

CARVALHO, Carlos Eduardo Ferreira de. **Bloqueio da liquidez e estabilização: o fracasso do Plano Collor.** Universidade Estadual de Campinas, Unicamp/SP, Brasil. Tese de Doutorado, 1996.

CARREIRÃO, Yan. **A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais.** Revista de Sociologia e Política nº. 22, pág. 179-194. Curitiba. Jun./2004.

CIRO COUTINHO, Rubens Figueiredo. **A eleição de 2002.** In: *Opinião Pública*, Campinas, Vol.IX, nº. 2 Campinas Out. 2003, pág. 93-117.

CINTRA, M. A. M. **Suave fracasso: a política macroeconômica brasileira entre 1999 e 2005.** Novos estudos - CEBRAP, Nov. 2005, nº.73, pág. 39-56.

DATHEIN, Ricardo. **O primeiro ano do Governo Lula: análise crítica dos resultados, das perspectivas e das alternativas às políticas econômicas adotadas.** In: IV Congreso Europeo CEISAL de Latinoamericanistas: desafios sociales de América Latina en el siglo XXI, 2004, Bratislava, 2004.

DINIZ, C.C. **Impactos territoriais da abertura externa, privatizações e reestruturação produtiva no Brasil.** V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LA RED IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACIÓN Y TERRITORIO. 1999

FARHI, Maryse. **O impacto dos ciclos de liquidez no Brasil: mercados financeiros, taxa de câmbio, preços e política monetária.** In: Ricardo de Medeiros Carneiro. (Org.). A supremacia dos mercados e a política econômica do Governo Lula. São Paulo - SP: Editora Unesp, 2006, v., p. 173-205.

FILHO, Bolívar Pego; MOTA, J.A.; CARVALHO, J.CJ; PINHEIRO, Mauricio Mota Saboya. **Impactos Fiscais da Crise de Energia Elétrica: 2001 e 2002.** IPEA, Texto para Discussão nº. 816. Ago./2001.

GIMENEZ, D. M. **A Questão Social e os Limites do Projeto Liberal no Brasil.** Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Brasil. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Econômico, 2007.

GIAMBIAGI, Fábio; AVERBUG, André. **A crise brasileira de 1998/1999 – Origens e Conseqüências.** BNDES, Texto para Discussão nº. 77. Maio/2000.

HAGUENAUER, Lia. **Modernidade na Indústria.** AQUARELLA DO BRASIL. RIO DE JANEIRO: RIO FUNDO, 1990, 2ª Edição.

LAPLANE, M. F.; SARTI, Fernando. **Prometeu Acorrentado: O Brasil na Indústria Mundial no Início do Século XXI.** In: Ricardo Carneiro. (Org.). A Supremacia dos Mercados e a Política Econômica do Governo Lula. 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006, v. , p. 299-320.

LOPREATO, F. L. C. **Política Fiscal: mudanças e perspectivas**. In: Ricardo de Medeiros Carneiro. (Org.). A supremacia dos mercados e a política econômica do Governo Lula. São Paulo - SP: Editora Unesp, 2006, v., p. 207-229.

MACEDO, Bernardo Gouthier. **O mercado de trabalho em 1990: recessão e Arrocho salarial**, in A Economia em Preto e Branco, São Paulo/Campinas, Ed. Hucitec/Fecamp, 1991.

MARQUES DE MELO, José. **Eleições e meios de comunicação no Brasil. Análise do fenômeno Collor de Mello**. Working Paper n.56, Espanha, 1992.

MARTUSCELLI, D. E. **A crise do Governo Collor e a tática do PT**. Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Brasil. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, 2005.

MEDONÇA JORGE, M. A. **Recessão, Crise dos Investimentos e Política Industrial em 1990**, in A Economia em Preto e Branco, São Paulo/Campinas, Ed. Hucitec/Fecamp, 1991.

PAULANI, L. M. **Brasil *Delivery*: a política econômica do governo Lula**. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 23, n. 4, 2003.

PEREIRA, Luís C. B. & NAKANO, Yoshiaki. **"Hiperinflação e Estabilização no Brasil: o Primeiro Plano Collor"**. Revista de Economia Política, vol. 11, n.4, out./dez., 1991.

PRATES, D. M. **A inserção externa da economia brasileira no governo Lula**. In: Ricardo de Medeiros Carneiro. (Org.). A supremacia dos mercados e a política econômica do Governo Lula. São Paulo - SP: Editora Unesp, 2006, v., p. 133-171.

Programa Mudar o Brasil, Economia. Programa de governo do PT, 1989.

RUBIM, A. A. C.; COLLING, Leandro. **Mídia e Eleições Presidenciais no Brasil Pós-Ditadura**. Comunicação e Política, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 169-189, 2004.

SAWAYA, Rubens R. **Subordinação Consentida: Capital Multinacional no Processo de Acumulação de Capital da América Latina e Brasil**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Tese de Doutorado, 2006.

SICSÚ, João - **Definições, primeiros resultados e perspectivas da política econômica do governo Lula**. Instituto de Economia, Unicamp. Economia e Sociedade, v.12, n. 2 Jul./Dez. 2003.

SOARES, Fabio Veras; SOARES, Sergei, Suarez D; MEDEIROS, Marcelo; OSORIO, Rafael Guerreiro. **Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade**. In: Ricardo Paes de Barros; Miguel Nathan Foguel; Gabriel Ulyssea. (Org.). Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. 1 ed. Brasília: Ipea, 2007, v. 2, p. 87-129.

TOLMASQUIM, Mauricio. **As origens da crise energética brasileira**. Ambiente e Sociedade. Ano III nº. 6/7 – 1º Semestre de 2000/2º semestre de 2000.

WESTPHAL, Andres Cristian Machuca. **Crises Cambiais x Fundamentos Macroeconômicos: a experiência brasileira sob o regime de câmbio flutuante (1999-2002)**. Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Brasil. Dissertação de Mestrado em Ciências Econômicas, 2005.

VIANNA, L. J. W. **De Um Plano Collor A Outro**. 1ª. Edição. RIO DE JANEIRO: Editora REVAN, 1991.

VIEIRA, Soraia Marcelino. **A eleição do futuro: 1989 votando para mudar**. Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, 2006.